



"Queremos ser os guardiões do planeta", afirma a atriz Christiane Torloni (D) a Sarney e Ideli Salvatti

Jonas Pereira

Plenário fará vigília em favor da Amazônia

Movimento pela preservação da Floresta Amazônica, no Plenário do Senado, está previsto para o dia 13, com a presença de parlamentares e representantes da sociedade civil. **6**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.012 – Brasília, quarta-feira, 6 de maio de 2009

Sarney presta contas e anuncia esboço da reforma do Senado

Presidente da Casa detalha medidas para reduzir despesas, esclarece andamento da apuração de denúncias e informa que linhas mestras das mudanças administrativas serão apresentadas na terça-feira pela Fundação Getúlio Vargas

O corte de 10% em todas as despesas, a restrição à participação de servidores em viagens, os limites ao uso de passagens aéreas pelos senadores e o levantamento detalhado de todos os contratos de terceirização de mão de obra foram

providências citadas ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, entre as realizações nos três meses de sua gestão. Ele anunciou também a apresentação, na terça-feira, das linhas mestras da reforma administrativa da Casa, a cargo da Fundação Getúlio Vargas.

Sarney enumerou as propostas legislativas aprovadas e informou ter pedido a designação de um procurador da República para acompanhar as investigações de supostas irregularidades em contratos de empréstimos consignados a servidores. **4 e 5**

As providências anunciadas pela Presidência do Senado recebem, em Plenário, o apoio de diversos senadores



Gerardo Magêdo

Código de Processo Penal deve ter tramitação ágil **2**

Universitário pode atuar na alfabetização de adultos **7**

Vai a sanção proposta que abre contas do governo **5**



Relatora do projeto, Serys Slhessarenko reúne-se com o presidente da CCI, Demostenes Torres, que adia a votação

Jonas Pereira

Projeto de cotas nas universidades divide opinião de senadores

Integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não chegaram a um acordo a respeito das cotas raciais (para negros, índios e pardos), sociais (para estudantes oriundos da escola pública) e econômicas (para as famílias de baixa renda). Por isso, adiaram a votação do projeto de lei da Câmara que estava prevista para hoje. **3**

Líderes devem indicar nos próximos dias os nomes que irão compor a comissão especial destinada a analisar e propor alterações no projeto e que vai trabalhar a partir do texto da comissão de juristas

Demostenes quer apreciar logo o novo Código de Processo Penal

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS deverão indicar nos próximos dias os nomes que irão compor a comissão especial destinada a apreciar e propor alterações ao projeto de lei do novo Código de Processo Penal (CPP).

Os senadores vão trabalhar a partir do texto elaborado por uma comissão de juristas criada no ano passado a requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES). Por nove meses, a comissão apresentou sugestões que agilizam os trâmites, desde a investigação até os julgamentos na esfera criminal, modernizando o atual código, em vigor há 68 anos.

A Câmara também poderá ter uma comissão especial para trabalhar nas mudanças no CPP. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), pedirá ao presidente do Senado, José Sarney, para apresentar essa proposta aos deputados. A intenção, afirmou Demostenes, é que as duas comissões funcionem simultaneamente para que os trabalhos ganhem celeridade. A previsão é que o Congresso vote o novo código até o final do ano.

Ontem, a CCJ realizou a primeira de uma série de audiências para debater a proposta, da qual participaram todos os membros da comissão de juristas. Houve unanimidade com relação à necessidade de reformar o código. Fabiano Augusto Silveira,



Demostenes (2º à dir., ao lado de Hamilton Carvalho, ministro do STJ) preside a CCJ

consultor legislativo do Senado que fez parte do colegiado, destacou o papel social a ser cumprido pelo novo Código de Processo Penal. Ele propôs que, no interrogatório policial, seja garantida a presença do advogado do acusado.

O juiz federal Antonio Corrêa sugeriu que no projeto a ser submetido ao Congresso conste uma cláusula que garanta punição rápida a crimes violentos contra a pessoa, como forma de inibir a prática desses delitos.

Casagrande, autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública, disse acreditar que a comissão especial acolherá grande parte das alterações sugeridas pelos

juristas. Entre as alterações propostas no anteprojeto, destaca-se a que eleva de sete para oito membros a composição do tribunal do júri. A mudança visa evitar que um réu seja condenado ou absolvido pela diferença de apenas um voto. Em caso de empate, o réu será absolvido.

Outra proposta é a que cria a figura do juiz de garantia, que passaria a controlar a legalidade da investigação durante a fase inquisitorial.

O anteprojeto também impõe limites para a detenção de acusados antes da condenação. Atualmente, vigora a jurisprudência de que a prisão provisória pode durar, no máximo, 81 dias.

Fátima Cleide lembra Dia da Segurança no Trabalho

Fátima Cleide (PT-RO) lembrou ontem a passagem do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho (28 de abril). A senadora registrou que, anualmente, 2,2 milhões mil pessoas perdem suas vidas no trabalho em todo o mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

— São três vidas perdidas a cada minuto, 6 mil mortes ao dia, aproximadamente o dobro das baixas ocasionadas pelas guerras. São 270 milhões de acidentes de trabalho e 160 milhões de novos casos de doenças relacionadas com o trabalho — afirmou.

Fátima Cleide disse que os dados no Brasil são deficientes. Milhares de acidentes e mortes podem não ser computados nos números oficiais. De acordo com a Previdência Social, na média dos últimos sete anos, ocorreram no Brasil 344.919 acidentes por ano, com 2.830 óbitos no trabalho formal.

A senadora salientou ainda que existem diferentes interpretações para o que pode ser considerado acidente de trabalho.



Fátima: acidentes de trabalho causam 2,2 milhões de mortes por ano no mundo



Magno Malta: caso de menino violentado e morto motiva mobilização

Malta participará de ato contra pedofilia em MT

Magno Malta (PR-ES) comunicou ao Plenário a realização, no próximo dia 15, de ato contra pedofilia, em Cuiabá, capital de Mato Grosso. O senador disse que a manifestação conta com o apoio da assembleia legislativa do estado e do senador Jayme Campos (DEM-MT).

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, Magno Malta relatou ter recebido em seu gabinete, na semana passada, o contador Jorgemar Pinto, pai do menino Kaitto, violentado e morto em Cuiabá.

Em razão de o assassino confesso de Kaitto, Edson Alves Delfino, de 29 anos, já haver cometido crime semelhante e cumprido, em regime fechado, somente nove dos 46 anos a que foi condenado, o parlamentar observou que esse se tornou um episódio exemplar da necessidade de endurecimento da legislação penal brasileira sobre abuso sexual de crianças.

João Pedro critica Espanha e Japão por devolverem imigrante

João Pedro (PT-AM) criticou da tribuna o fato de a Espanha e o Japão estarem oferecendo passagens para o país de origem a imigrantes que perderam seus empregos em consequência da crise financeira. Em troca da ajuda de custo, disse o senador, o governo daqueles países exige uma assinatura como garantia de que o estrangeiro não retornará ao país nos próximos três anos.

O senador disse que outros países deveriam seguir a iniciativa do governo da República Tcheca de custear o retorno dos seus cidadãos que perderam o emprego no exterior. Além disso, observou, está oferecendo uma bolsa desemprego.

— Felizmente a crise no Brasil foi menor, apesar de ter provocado desemprego. No Amazonas, no polo industrial da Zona Franca, em minha cidade, Manaus, mais de 20 mil perderam o emprego. Porém, a economia começa a chamar de volta parte desses desempregados.

João Pedro também apresentou requerimento de pesar pela morte do dramaturgo Augusto Boal, ocorrida no último sábado.



João Pedro diz que Zona Franca volta a chamar parte dos que foram despedidos

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por sete medidas provisórias.

Agenda do presidente

O presidente do Senado recebe, às 11h30, o presidente do PT do Distrito Federal, Chico Vigilante. Às 12h, concede audiência à atriz Paula Lavigne, acompanhada de produtores e diretores de cinema. Às 16h, preside a ordem do dia do Senado e, às 19h, sessão do Congresso Nacional para a apreciação de vetos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

CAS discute práticas farmacêuticas

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), se reúne às 9h30 para a eleição do presidente e do vice para o biênio 2009/2010. Às 11h, a CAS realiza audiência pública para debater o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas. Foram convidados representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Federal de Farmácia (CFF), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

CDH debate analfabetismo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência pública sobre o analfabetismo no Brasil. Entre os convidados, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior; o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Alessandro Pereira; e Erasto Mendonça, coordenador da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

CDR faz audiência sobre overbooking

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove, às 9h30, audiência pública sobre o projeto de lei que visa coibir a prática de overbooking. Solange Paiva Vieira, diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e o secretário de aviação civil do Ministério da Defesa, tenente-brigadeiro-do-ar Jorge Godinho Barreto Nery, estão entre os convidados.

Educação a distância

Às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência pública para instruir a análise de projeto que assegura aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação a distância. Entre os convidados, está o secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, Carlos Eduardo Bielschowsky.

CCJ: proposta sobre política de cotas

A política de cotas e a emenda paralela à PEC dos Vereadores estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Também podem ser analisados projetos que incluem no rol dos crimes hediondos, entre outros, as práticas de peculato e de corrupção, o trabalho escravo, a adulteração de alimentos e a corrupção de menores.

Interrogatório por videoconferência

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne às 8h30 para analisar 44 itens, sendo 39 deles projetos de decreto legislativo dispendo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV. Também em votação o projeto que prevê a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência e outro que inclui e-mail como prova documental.

Relatora de projeto, Serys diz não abrir mão de cotas por etnia nas universidades públicas. Marconi, que tem voto em separado, apoia critério social

Falta de acordo adia decisão sobre cotas na CCJ

A FALTA DE acordo sobre a adoção, nas universidades públicas, das cotas raciais (para negros, índios e pardos), sociais (estudantes oriundos da escola pública) e econômicas (famílias de baixa renda) levou integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a adiarem a votação do projeto de lei da Câmara sobre o assunto, que estava prevista para hoje. Mais uma proposição com cotas, desta vez de 10% para portadores de deficiência, deve ser contemplada no texto. Esse projeto (PL 1.883/03) foi votado em decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no último dia 29, e será enviado ao Senado Federal.

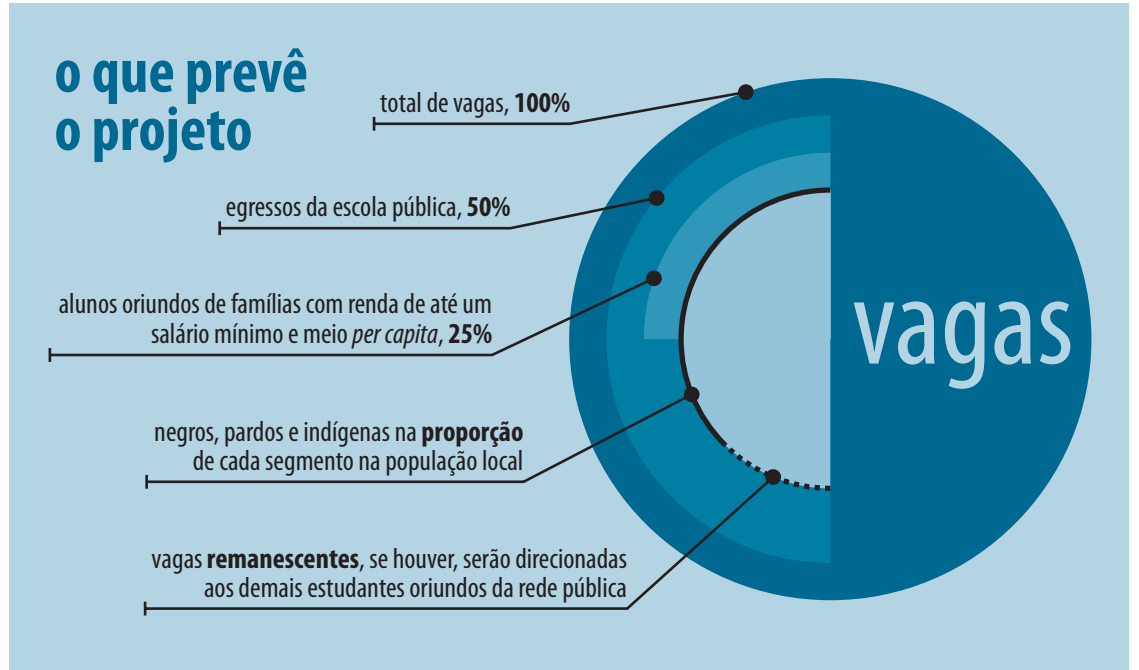
A resolução pelo adiamento foi tomada em reunião, ontem, no gabinete do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO). A relatora da proposta (PLC 180/08), Serys Silhessarenko (PT-MT), declarou não abrir mão

das cotas por etnia.

A senadora também defende a colocação em prática das mesmas regras determinadas para o Programa Universidade para Todos (ProUni), que reserva bolsas nas universidades particulares para pessoas com deficiência e para os autodeclarados indígenas, pardos ou pretos. Caso a discussão nos próximos dias seja infrutífera, Serys sugere que se parta para o voto e que “vença o relatório que tem apoio da maioria”.

Já Marconi Perillo (PSDB-GO) disse ser a favor das cotas sociais para a entrada na universidade pública, a única que a seu ver deveria existir. O senador já apresentou à CCJ voto em separado nesse sentido. A reunião contou ainda com a presença de Tasso Jereissati (PSDB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e não há previsão para o retorno do PLC à pauta da comissão.

Representantes de entida-



des da sociedade civil, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), declararam seu apoio ao relatório de

Serys Silhessarenko e ao projeto na forma como está, com cotas por etnia, justamente o ponto que mais causa conflitos. No encontro com a senadora, eles se disseram contra a eliminação das cotas raciais e a redução das

cotas sociais.

– Um acordo em que quem paga a conta é o estudante pobre e o negro não nos interessa – frisou Sérgio Custódio, do Movimento dos Sem Universidade (MSU), também presente.

Senadores querem verbas para ajudar desabrigados

As enchentes que afetam estados do Norte e do Nordeste foram tema ontem de discursos em Plenário. Os senadores pelo Piauí Heráclito Fortes, Mão Santa e João Vicente destacaram a visita que o presidente Lula e ministros fizeram ao estado e pediram que a liberação de recursos não demore. César Borges solici-

tou que o governo da Bahia homologue o decreto que coloca Salvador em estado de emergência, dando à prefeitura instrumentos mais ágeis para combater os efeitos das chuvas, enquanto Arthur Virgílio informou que, no Amazonas, há cidades, como Barreirinha, onde as águas atingiram 90% das ruas.

HERÁCLITO FORTES

O GOVERNO FEDERAL está aguardando um levantamento detalhado da situação das enchentes no Piauí, a ser elaborado pelo governo do estado e pelas prefeituras. A partir dessa providência é que recursos começarão a ser liberados, informou Heráclito Fortes (DEM-PI), ao registrar que o presidente Lula visitou Teresina para conhecer a situação enfrentada pela cidade.



Genaldino Magela

MÃO SANTA

A VISITA DO presidente Lula às áreas atingidas pelas chuvas no Piauí foi elogiada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador registrou a afirmação do presidente de que nunca pensou que fosse tão grande o sofrimento na capital, Teresina, e nas demais cidades ribeirinhas do Piauí. Mão Santa assinalou que, no município de Parnaíba, os desabrigados já são 26 mil.



Genaldino Magela

JOÃO VICENTE CLAUDINO

ALÉM DE DESABRIGAR milhares de famílias, as chuvas provocaram o transbordamento de vários açudes no Piauí e a interdição de uma ponte em Teresina, observou João Vicente Claudino (PTB-PI). Durante a visita de Lula ao estado, disse o senador, o presidente conversou com prefeitos sobre importância de investimentos estruturais para reverter o prejuízo causado pelas chuvas.



Moreira Mariz

ARTHUR VIRGÍLIO

A CRIAÇÃO DE um “SOS Amazônia” e de um “SOS Nordeste”, para atender regiões igualmente afetadas por enchentes, foi sugerida por Arthur Virgílio (PSDB-AM). O senador cobrou medidas do governo federal. “Não basta o envio de cestas básicas, há necessidade de pessoal da área médica e de barcos para a distribuição de comida e medicamentos”, disse.



Genaldino Magela

CÉSAR BORGES

AS INTENSAS CHUVAS em Salvador e região metropolitana, de acordo com César Borges (PR-BA), já provocaram três mortes, em decorrência da queda de barreiras. O aeroporto em Lauro de Freitas teve 14 voos cancelados e 17 atrasados. O senador pediu que o governo do estado homologue o decreto municipal que coloca a capital baiana em estado de emergência.



Moreira Mariz



Cristiano Soares

No lançamento no Rio de Janeiro, Patrícia Saboya (E) ao lado da atriz Maria Paula

Patrícia Saboya participa de ato em defesa da educação infantil

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) participou ontem, no Rio de Janeiro, do ato de lançamento do movimento Educação Infantil é Cidadania, de apoio ao projeto do Senado (PLS 698/07) que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei).

O objetivo da proposta é definir recursos para a expansão da rede de creches e de pré-escolas gratuitas e em tempo integral para a população de baixa renda, e estabelecer a forma

como essas unidades devem funcionar.

O movimento foi lançado na Casa de Rui Barbosa com apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a presença de deputados federais, de representantes de organizações não governamentais, de instituições como a Fundação Getúlio Vargas e de empresas. Também estava presente a atriz Maria Paula. (Com informações da assessoria de imprensa da senadora Patrícia Saboya.)

Sarney resume situação do Brasil para ex-presidente Jimmy Carter

Em jantar oferecido na noite de segunda-feira pela embaixada americana, o presidente do Senado, José Sarney, falou ao ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter e a outros convidados sobre a situação vivida hoje pelo Brasil, depois de dificuldades enfrentadas nas últimas décadas.

– Eu disse que o Brasil superou suas dificuldades, está hoje num novo patamar internacional e apto a agregar responsabilidades. Nossas relações com o mundo amadureceram e, juntos, estamos lutando para melhorar a situação internacional e vencer as crises.

Sarney afirmou ainda que, sem ser hegemônico, o Brasil vem trabalhando pelo equilíbrio na América do Sul. Nisso, acrescentou, o presidente Lula tem sido exponencial, “porque, com a responsabilidade biográfica de um operário que chegou ao poder, tem tido autoridade para ajudar a conter excessos no continente”.

Jimmy Carter elogiou o papel desempenhado pelo então chefe do governo brasileiro na transição do país para a democracia. E testemunhou as dificuldades internas enfrentadas por Sarney, que, em sua opinião, foi um verdadeiro herói.

Concessão de emissoras de rádio e TV

Foi adiada a votação do requerimento que pede o exame – pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) – de outro requerimento, de Eduardo Suplicy (PT-SP), pedindo que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) defina as normas constitucionais segundo as quais deputados e senadores não poderão, a partir da posse, ser proprietários, controladores ou diretores de emissoras de rádio e televisão. A decisão foi tomada, após um longo debate em Plenário, pelo presidente da sessão, Marconi Perillo (PSDB-GO).

O Requerimento 32/09, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), deve ser votado hoje. Já o requerimento de Suplicy – 782/06 – foi aprovado pela CCJ na forma de voto de Pedro Simon (PMDB-RS) segundo o qual, caso seja verificado que um parlamentar federal seja proprietário de emissora, “o respectivo ato de outorga ou renovação deverá ser rejeitado”.

Criadas duas comissões temporárias

O Plenário aprovou a criação de uma comissão temporária de cinco senadores e cinco suplentes para acompanhar o cumprimento, pelo governo brasileiro, das Metas de Desenvolvimento do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O requerimento para a criação da comissão é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Foi também acolhido requerimento apresentado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) para a criação de outra comissão temporária, esta de seis integrantes e igual número de suplentes, para auxiliar o governo do Distrito Federal na elaboração do calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

O Plenário ainda aprovou, votados em conjunto, quatro requerimentos para audiências de comissões e despensamentos de matérias.

Cristovam: Congresso deve assumir erros

O Brasil não está em um bom rumo e o Congresso permanece omisso diante do caminho equivocado que o país está trilhando. Cristovam Buarque (PDT-DF), que fez o alerta, afirmou que para mudar a situação o Legislativo deve mostrar seus erros à opinião pública, punir os que cometeram ilegalidades e, a partir daí, construir uma pauta com as mudanças de que o país precisa.

– Não podemos continuar fazendo de conta que as coisas não estão acontecendo, como nesse final de semana, quando foi publicada uma entrevista em que um alto dirigente do Senado acusa outro de verdadeiros crimes – disse Cristovam, que divulgará a relação das passagens aéreas cuja emissão autorizou por meio do seu gabinete.

Relatórios pedem mudanças em contratos da Casa

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), divulgou ontem os quatro primeiros relatórios da Comissão Técnica Especial destinada a examinar os contratos firmados pelo Senado. Os relatórios referem-se aos contratos da Casa com as empresas Aval, Ágil, Fiança e Delta Engenharia.

Entre as sugestões apontadas nos relatórios está a urgente necessidade da mudança no paradigma de gestão da administração da Casa. Os documentos são assinados pelo presidente da comissão técnica, o servidor Florian Madruga. Heráclito Fortes encaminhou os documentos ao diretor-geral, Alexandre Gazineo, pedindo que as propostas da comissão sejam acatadas.

O primeiro dos relatórios trata do Contrato 36 de 2006, do Senado com a Aval Empresa de Serviços Especializados Ltda., que presta serviços de limpeza e conservação no Prodasen e no Interlegis. O contrato tem valor anual de R\$ 2,3 milhões. De acordo com o relatório, seria possível economizar até 14,4% em alguns dos gastos.

A segunda análise refere-se ao Contrato 66 de 2003, com a Ágil Empresa de Vigilância no valor anual de R\$ 3,1 milhões. O relatório indica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o contrato.

A terceira análise abordou o Pregão 9 de 2008, vencido pela empresa Fiança Serviços Gerais, que presta serviço à Secretaria Técnica de Eletrônica do Senado. No valor de R\$ 2,9 milhões por ano, mantém 40 profissionais de nove categorias. O documento sugere a revogação do processo licitatório.

O último relatório aborda o Contrato 28 de 2006, com a empresa Delta Engenharia, no valor anual de R\$ 5,8 milhões, abrangendo 132 profissionais de cinco categorias. O documento sugere uma nova licitação sob a modalidade de pregão.

Flexa Ribeiro acusa governadora e MST

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) atribuiu ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), a responsabilidade pela gravidade dos conflitos de terras no estado. Conforme o senador, além de permitir invasões, Ana Júlia tem feito falsas acusações aos seus adversários, como a de que Flexa Ribeiro seria favorável à intervenção federal defendida pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

– Eu defendo o cumprimento da lei – disse Flexa Ribeiro, ao apoiar a preservação das propriedades rurais e do cumprimento dos mandados de reintegração de posse de fazendas invadidas.



Cristovam vai divulgar relação de passagens de seu gabinete

Nery pede que MP investigue denúncias

José Nery (PSOL-PA) pediu que o Senado encaminhe representação ao Ministério Público Federal para “uma rigorosa investigação” das denúncias apresentadas pela imprensa. Para ele, as medidas já tomadas “são importantes, mas absolutamente insuficientes para pôr fim à situação ingovernável em que se encontra o Senado”.

O senador também sugeriu a criação de CPI para investigar desvios e favorecimentos nos contratos de terceirizados no Congresso; o afastamento preventivo de todos os servidores citados nas denúncias; e a apuração rigorosa pelo Conselho de Ética sobre o envolvimento de senadores.

– Duvido que alguém possa me dizer quantos são os contratos terceirizados e quantas são as empresas contratadas – afirmou.



José Nery: CPI deve apurar se houve desvios e favorecimentos

Tuma afirma que não deixará Corregedoria

Romeu Tuma (PTB-SP) disse que não deixará a Corregedoria do Senado em razão das denúncias feitas pelo ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi. Conforme a acusação, o senador teria se beneficiado de irregularidades comandadas pelo então diretor-geral Agacieli Maia. Tuma afirmou que prestará qualquer esclarecimento e agradeceu o apoio de senadores. Ele garantiu que não vai interferir na atuação do Ministério Público, que, a pedido do Senado, poderá ajudar na apuração das denúncias de irregularidades em contratos de empréstimo consignado a servidores da Casa.

– Em tese, houve crime – disse Tuma, referindo-se à denúncia de que Zoghbi teria criado empresas-laranja para assessorar os bancos que atuam no Senado.



Tuma ressalta que não vai interferir nas investigações

Sarney presta contas de três meses na Presidência

José Sarney prestou contas de seus três meses na Presidência do Senado. Ele listou projetos importantes aprovados pela

Casa e anunciou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentará, na próxima terça-feira, as linhas mestras da proposta

de reforma administrativa encomendada para o Senado. De acordo com Sarney, os senadores terão 30 dias para apresentar

sugestões ao trabalho da FGV. Já a Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou nota a respeito

das medidas administrativas tomadas em resposta às denúncias de irregularidades na gestão da Casa.



Entre Marconi Perillo (D) e Mão Santa, José Sarney faz balanço positivo das iniciativas da Presidência do Senado; em Plenário, senadores acompanham pronunciamento e manifestam apoio a medidas que visam modernizar atividades e ao mesmo tempo reduzir gastos da Casa



Nota destaca medidas para apurar denúncias

A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou ontem nota a respeito das medidas administrativas adotadas em resposta às denúncias de irregularidades na gestão da Casa.

De acordo com a nota, José Sarney pediu ao procurador-geral da República a designação de um procurador para acompanhar as investigações sobre denúncias de irregularidades em contratos de empréstimo consignado.

A nota ressalta ainda que o Senado Federal está sob jurisdição da Polícia do Senado, mas que tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal têm autonomia para atuar. Essa iniciativa, diz a nota, independe da Presidência do Senado ou de qualquer outra autoridade.

O documento destaca que a Polícia Legislativa está sujeita à fiscalização do Ministério Público. Além disso, afirma, os inquéritos abertos pela Polícia do Senado só são encerrados pela Justiça depois de ouvido o MP, que pode ainda pedir informações adicionais se não considerar o resultado do inquérito satisfatório.

Segundo o documento, “o rigor determinado na condução do caso ficou, de início, evidenciado com as medidas anunciadas na semana passada, quais sejam: abertura de sindicância administrativa, abertura de sindicância pela Corregedoria do Senado, abertura de inquérito policial e suspensão das operações de empréstimo consignado pelo Banco Cruzeiro do Sul até que as apurações sejam concluídas”.

FGV apresenta na terça proposta de reformas

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem, em Plenário, que a FGV deverá apresentar aos senadores na próxima terça-feira uma exposição das linhas mestras do trabalho de reforma administrativa da Casa. De acordo com Sarney, depois da explanação será aberto um prazo de 30 dias para que os parlamentares possam apresentar sugestões para o aprimoramento do trabalho.

Em março, o Senado e a FGV assinaram protocolo de intenções prevendo que a fundação promoveria um trabalho de auditoria administrativa, de planejamento e avaliação de recursos humanos, de avaliação e de monitoramento de processos e resultados e economia nos diversos serviços do Senado.

Medidas para reduzir gastos e modernizar

Ao prestar contas pelos três meses no comando do Senado, José Sarney relacionou várias medidas de modernização administrativa e contenção de gastos. Entre elas, o corte de 10% em todas as despesas, com economia de R\$ 50 milhões neste ano; a redução de 300 ramais telefônicos e da cota de celulares para uso de diretores; restrição da participação de servidores em viagens; e a determinação de um levantamento detalhado de todos os contratos de mão de obra terceirizada, o que, em um deles, já provocou cortes da ordem de R\$ 10 milhões; as novas regras para o uso da Gráfica do Senado; e o contingenciamento das despesas da área de saúde no valor de R\$ 25 milhões.

Senadores apoiam as providências

Após o anúncio, pelo presidente do Senado, de medidas de aprimoramento administrativo, vários senadores manifestaram apoio às providências adotadas.

O líder do DEM, José Agripino (RN), parabenizou Sarney pela determinação de abertura de inquérito pela Polícia Legislativa para investigar os fatos relatados na matéria da revista *Época*, juntamente com solicitação de acompanhamento do inquérito pelo Ministério Público Federal. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também elogiou Sarney pela decisão de solicitar a participação do Ministério Público nas investigações. Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou importante a decisão do presidente de pedir ao MP para acompanhar as investigações que envolvem ex-diretores da Casa.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse ser oportuna a decisão de determinar o aprofundamento das investigações para que o Senado possa atender às exigências de modernidade e transparência.

Aloizio Mercadante (PT-SP) enalteceu a providência de estabelecer limites ao uso de

passagens aéreas pelos senadores.

– Acho que foi uma resposta necessária à sociedade, com regras transparentes e claras sobre como devemos proceder.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) tentou amenizar as críticas da imprensa sobre o uso indevido da cota de passagens pelos senadores, lembrando que tal prática era comum havia vários anos no Congresso.

Palapalé Paes (PSDB-AP) sustentou que a população não pode confundir atos administrativos questionáveis de alguns funcionários com atos dos senadores. Ponderou que, no caso das passagens aéreas, o Senado decidiu limitar os gastos e impedir que familiares de parlamentares possam utilizá-las. Observou que, até então, não havia nenhuma proibição de se transferir passagens para terceiros.

Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou a imprensa por publicar denúncias contra o senador Gerson Camata (PMDB-ES) sem oferecer-lhe uma chance para se justificar.

As medidas tomadas pelo presidente Sarney também receberam apoio de Expedito Júnior (PR-RO) e Mário Couto (PSDB-PA).

Ex-diretores serão ouvidos pela Mesa

Ao parabenizar José Sarney pelas medidas de modernização administrativa do Senado, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sugeriu em Plenário que o ex-diretor-geral Agacieli Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi sejam ouvidos pela Mesa.

João Carlos Zoghbi acusou Agacieli Maia, segundo matéria publicada na revista *Época* desta semana, de chefiar um esquema de corrupção no Senado. O ex-diretor de Recursos Humanos é suspeito de envolvimento na criação de empresas de fachada para intermediar empréstimos consignados.

Em resposta, José Sarney apoiou o pedido de convocar os dois servidores para serem ouvidos na próxima semana.

Trabalhos não estão paralisados, afirma Sarney

O presidente do Senado rebateu as críticas sobre suposta paralisação dos trabalhos na Casa em decorrência das denúncias apresentadas pela imprensa.

Entre as matérias aprovadas nesses três meses à frente da Presidência da Casa, Sarney citou a PEC dos Precatórios; a MP que alterou os prazos de pagamento de impostos federais; a criação do Sistema Nacional de Crédito Corporativo; a instituição do Sistema de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea; a inclusão do planejamento familiar na cobertura dos planos de saúde; a proibição de fabricação, exportação e uso do DDT; e medidas sobre a fabricação de lâmpadas incandescentes, a fim de diminuir o consumo de energia.

Limite de gastos das câmaras municipais

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu algumas alterações na PEC Paralela dos Vereadores, que está na pauta de votação de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para ele, o limite de gastos das câmaras municipais deve ser definido pelo critério populacional e não pelo da receita anual das prefeituras.

– Se há um clamor da sociedade de que devemos reduzir os repasses, ou seja, em vez de o parâmetro ser a receita, que seja a população de cada município. Porém, em vez de termos quatro faixas de população, que tenhamos oito, diluindo, assim, a possibilidade de redução de repasses, sem causar distorções – disse o parlamentar.



Valadares sugere como critério a população em vez da receita

Jayme Campos cobra reforma de aeroporto

As obras de ampliação do Aeroporto Marechal Rondon, o principal de Mato Grosso, precisam ser retomadas pela Infraero. A cobrança foi feita ontem por Jayme Campos (DEM-MT). O aeroporto localiza-se em Várzea Grande, município da região metropolitana de Cuiabá.

– Essas obras foram iniciadas há dez anos, mas hoje se encontram paralisadas – disse.

O senador anunciou que pretende convocar audiência pública para que o presidente da Infraero exponha o cronograma dos trabalhos. Entre as obras que estariam paralisadas, Jayme Campos citou a construção de um novo terminal internacional, a melhoria nas condições da pista de pouso e a adequação da estrutura de cargas.



Conforme Jayme Campos, obras foram iniciadas há dez anos

Congresso decide hoje sobre vetos

Senadores e deputados realizam às 19h, no Plenário da Câmara, sessão conjunta para analisar os vetos parciais ou integrais do presidente da República em 129 projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Ao todo, são 1.012 vetos.

Devem ser examinados os vetos em relação aos quais não se espera polêmica, ou seja, aqueles que serão mantidos pelos parlamentares. Na quarta-feira da próxima semana, às 9h, os parlamentares apreciarão os vetos em torno dos quais há divergências.

Na sessão de hoje, estão, entre outros, os vetos ao artigo 17 da Lei 11.096/05, que cria o Programa Universidade para Todos (ProUni). O artigo estabelece que a mantenedora de instituição de ensino superior que aderir ao ProUni passará a gozar da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de várias outras contribuições.

Aprovado projeto sobre transparência

Projeto que determina a liberação de informações, em tempo real, sobre a execução de despesas e receitas dos governos nos meios eletrônicos de acesso público, principalmente a internet, foi aprovado na Câmara, por 389 votos. A matéria segue para sanção.

De acordo com o projeto (PLS Complementar 217/04), as informações deverão ser detalhadas e de livre acesso a pessoas físicas ou jurídicas. Terão que ser divulgados todos os atos praticados no decorrer da execução da despesa. O projeto inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal a obrigatoriedade de que os municípios, os estados e o DF adotem um sistema integrado de administração financeira e controle.

Se não forem cumpridas as novas obrigações dentro dos prazos concedidos, o município ou estado poderá ficar proibido de receber transferências voluntárias.

Suinocultores querem ampliar vendas à China

Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vão pedir ao presidente Lula que, durante a visita à China este mês, incentive aquele país a importar carne suína brasileira. Os parlamentares também pretendem requerer ao Ministério da Fazenda maior flexibilização na liberação dos

recursos ao setor. As propostas foram sugeridas ontem por representantes da suinocultura, em audiência pública na CRA.

O presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS), ressaltou ser a China um mercado importante, tendo em vista que é um grande consumidor de carnes, sendo 70% dessa demanda

ocupados pela carne suína.

Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que o setor tem sofrido com os sucessivos problemas ocorridos em Santa Catarina, maior produtor de suínos do país. Informou que as enchentes que atingiram o estado em 2008 danificaram estradas, dificultando o escoamento da produção.



Valter Pereira, entre representantes do setor, dirige audiência pública na CRA

Senado fará vigília na quarta em favor da preservação da Amazônia

O presidente do Senado, José Sarney, atende pedido formulado pela atriz Christiane Torloni e por parlamentares e recebe o documento *Amazônia para Sempre*, que recebeu mais de 1 milhão de assinaturas de apoio

A REALIZAÇÃO NO Plenário do Senado de uma vigília em favor da preservação da Amazônia foi autorizada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. A vigília acontecerá na próxima quarta-feira e será organizada pelas comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC); de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Representantes da sociedade civil também participarão da vigília.

O pedido para a realização da vigília foi feito a Sarney pela atriz Christiane Torloni e pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da CMMC, além de outros senadores e deputados. Em reunião no gabinete da Presidência do Senado, a atriz entregou a Sarney o documento intitulado *Amazônia para Sempre*, de autoria dela e dos atores Juca de Oliveira e Vítor Fasano, que recebeu mais de 1 milhão de assinaturas de apoio.

Sarney agradeceu a participação dos artistas que se engajaram no movimento e lembrou que os brasileiros "foram capa-



Deputado Colber Martins, relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e Ideli Salvatti ouvem Christiane Torloni

zes de trazer a Amazônia até o século 21", quando no século 19 grandes companhias colonizadoras promoveram a devastação florestal em vários países.

Avanço

Sarney também ressaltou que a legislação brasileira de meio ambiente é uma das melhores do mundo e lembrou que, quando foi presidente da República, criou o Ibama, trouxe ao Brasil a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e criou extensa legislação de proteção do ambiente.

Christiane Torloni, que havia participado de uma reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas pouco antes do encontro com Sarney, afirmou que o movimento *Amazônia para Sempre* é uma iniciativa tomada por artistas que se impressionaram com o desmatamento quando gravaram uma minissérie na Amazônia.

A atriz contou que, há oito meses, tenta sem sucesso uma audiência com o presidente Lula. Ela disse que a ideia da Vigília Amazônica partiu de Cristovam Buarque (PDT-DF).

A senadora Marina Silva (PT-

AC) louvou a iniciativa da atriz, destacando a importância de tal atitude em um "momento difícil", em que cinco medidas provisórias e 18 decretos legislativos ameaçam a preservação da Amazônia por revogarem medidas de proteção já aprovadas.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que coloca no mesmo plano da preservação ambiental a sobrevivência dos 25 milhões de brasileiros que habitam a região.

Fátima Cleide (PT-RO) externou sua alegria ao ver a sociedade civil se movimentando e atores usando a visibilidade que têm em favor da Amazônia.

Relatório final sugere maior acesso à água

A destinação de maiores recursos financeiros para o acesso à água potável e ao saneamento, cumprindo assim as Metas do Milênio estipuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU), é uma das principais recomendações do relatório final da subcomissão que acompanhou o Fórum das Águas das Américas e o Fórum Mundial da Água, realizado entre os dias 16 e 22 de março, em Istambul.

O documento, denominado *Parlamentos para a Água*, e elaborado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), resume a discussão sobre a preservação de aquíferos e o potencial econômico dos rios transfronteiriços e transnacionais.

A votação do relatório final ocorrerá na próxima reunião da subcomissão, para, em seguida, ser submetido a debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da CMA, alertou para a necessidade de implementação da política de gestão de recursos hídricos já aprovada pelo Congresso.



Renato Casagrande (2º à esq.) preside debate na CMA sobre alterações em MP

Mudança em licenciamento ambiental de estradas

O licenciamento ambiental para obras em estradas foi um dos principais pontos de divergência entre os senadores na audiência pública da Comissão do Meio Ambiente sobre as modificações no controle ambiental de projetos de infraestrutura introduzidas pela Câmara na MP 452/08. Participaram do debate o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, os diretores do

Dnit Miguel de Souza e Hideraldo Luiz Caron, e um representante do Instituto de Pesquisa da Amazônia, André Lima.

Segundo o presidente da comissão, senador Renato Casagrande, a emenda do deputado José Guimarães à MP promoveu um afrouxamento das regras de licenciamento ambiental para intervenções de asfaltamento ou duplicação em rodovias fe-

derais, inclusive as que cortam a Amazônia.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e outros senadores defenderam as alterações feitas na Câmara, enquanto Jefferson, Wellington Salgado (PMDB-MG) e Eliseu Resende (DEM-MG) disseram ser necessário um acordo para conciliar, com a preservação ambiental, a construção e a melhoria nas estradas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Universitários poderão atuar em alfabetização

Os alunos de universidades federais e de instituições privadas que recebem recursos da União deverão, pelo menos durante um semestre, desenvolver atividades vinculadas à alfabetização de adultos. A medida está prevista em projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF), que foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta (PLS 3/08), a participação será considerada "para fins de avaliação institucional", no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para viabilizar a sua participação na iniciativa, cada unidade de ensino deverá dispor de um programa relacionado à alfabetização. O relator da proposta, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), anunciou a retirada de artigo segundo o qual seria vedada a transferência de recursos da União a entidades universitárias que não desenvolvessem programas de alfabetização. Por sugges-



À Mesa, Flávio Arns (E) e Alvaro Dias em reunião da Comissão de Educação

tão da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), incluiu-se dispositivo que estabelece avaliação anual da aplicação da futura lei.

A CE aprovou também o PLS 9/02, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que reserva pelo menos 10% das vagas em creches e pré-escolas para crianças com deficiência.

Em decisão terminativa, foram aprovados o PLS 117/08, de Romeu Tuma (PTB-SP), que institui

o Dia Nacional do Vigilante; o PLS 249/07, de Jayme Campos (DEM-MT), que institui o prêmio Frei Galvão do Mérito Social; e o PLS 453/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara (GO). Foi ainda aprovado, em turno suplementar, o PLS 166/08, de Adelmir Santana (DEM-DF), que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama (DF).



Azeredo, presidente da CRE, faz palestra para oficiais das Forças Armadas na qual destaca a Estratégia Nacional de Defesa

Recursos para a modernização das Forças Armadas

Ao defender a Estratégia Nacional de Defesa – apresentada pelo governo federal no final do ano passado –, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que um dos objetivos da iniciativa é a modernização das Forças Armadas. O senador ressaltou que, "para garantir o seu sucesso, é preciso assegurar que o orçamento do setor não seja contingenciado".

Azeredo fez essas declarações durante debate realizado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) com oficiais da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

De acordo com documento apresentado em dezembro pelos ministros da Defesa, Nelson

Jobim, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, "o plano [da Estratégia Nacional de Defesa] é focado em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas".

Continente Antártico

Teve início ontem, no Senado, a 2ª Semana do Continente Antártico no Congresso. Promovido

por iniciativa da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar), o evento busca chamar atenção para a importância do continente.

A primeira palestra do ciclo O Continente Antártico foi realizada no auditório do Interlegis. Também ontem teve início a exposição *Brasil na Antártica*, cedida pela Marinha do Brasil. A exposição estará aberta até amanhã, no hall do auditório. Na Câmara, foram lançados ontem os livros *Antártica – Bem comum da Humanidade e Contribuição da ciência brasileira ao IV Ano Polar Internacional*.

Crivella celebra Dia do Líder Comunitário

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou ontem a passagem do Dia Nacional do Líder Comunitário, 5 de maio. Ao discursar em Plenário, o senador afirmou que "os líderes comunitários são heróis anônimos que, nas comunidades carentes e nos bairros populares, são os amigos certos nas horas incertas".

– Essas pessoas atuam com idealismo e renúncia, sem remuneração – ressaltou o parlamentar.

Crivella disse que os líderes comunitários "fazem um trabalho extraordinário de representação democrática ao levar às autoridades as questões prementes enfrentadas por suas comunidades".

Como exemplo de líder comunitário, ele citou William de Oliveira, da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro.



Crivella: líderes são heróis anônimos nas comunidades

Requerimento de pesar pela morte de Boal

Fátima Cleide (PT-RO) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento do dramaturgo Augusto Boal, ocorrido em 2 de maio, no Rio de Janeiro, aos 78 anos. A senadora sugeriu que condolências sejam enviadas à família dele.

– Ele foi uma das grandes figuras do teatro contemporâneo, criador do chamado teatro do oprimido, que se alia à ação social – declarou ontem a senadora, ao anunciar a apresentação do requerimento.

Conforme Fátima Cleide, as técnicas e práticas desenvolvidas por Augusto Boal "são largamente empregadas não apenas por aqueles que compreendem o teatro como instrumento de emancipação política, mas também por profissionais que atuam nas áreas de educação e saúde mental e no sistema prisional.

– Eu mesma, como educadora, recorri muitas vezes ao teatro do oprimido para levar o conhecimento aos alunos – ressaltou.

Segundo a Fiesp, de outubro a março houve 692 mil demissões no país, 70% delas registradas na indústria

Setor industrial absorve impacto maior da crise

O ECONOMISTA PAULO Francini, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), previu que a produção industrial brasileira em 2009 será inferior à de 2008. Essa redução vem se concentrando em segmentos "mais entranhados" na estrutura industrial, como máquinas e equipamentos, veículos e metalurgia básica, que dependem fortemente de crédito e investimento.

A análise foi feita em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Segundo informou Francini, das 692 mil demissões registradas pelo país entre outubro de 2008 e março de 2009, mais de 70% ocorreram na indústria. A retração no escoamento da produção de industrializados para países da América Latina exerceu grande influência na redução de 16,5% registrada nas exportações brasileiras entre janeiro e abril de 2009.

O economista sugeriu como medidas para enfrentamento da crise aumentar o estímulo ao crédito, baixar a taxa básica de juros, reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras e cortar gastos de custeio do governo.

Competitividade

Também participante da audiência pública, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Paulo Fernandes Tigre, disse que a crise trouxe para o Brasil uma grande lição de competitividade e estimula a construção de um novo sistema tributário para o país, mais simples, com menos e menores alíquotas. Ele defendeu redução de impostos sobre bens industriais, isenção total sobre a produção para exportação e desoneração dos recursos para investimentos.

O presidente da Fiergs também pediu a aprovação, pelo Congresso, do cadastro positivo de contribuintes e do sistema de defesa da concorrência.



Francini (E), da Fiesp, e Tigre, da Fiergs, com os senadores Garibaldi e Dornelles

Jereissati defende ampliação do crédito para aquecer economia

A ampliação da oferta de crédito em tempos de crise financeira mundial, especialmente às pequenas e médias empresas, poderá ser a saída para a retomada do crescimento da economia brasileira, já que o setor exportador não vem esboçando sinais de reação. A medida deverá constar de relatório a ser elaborado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

O diagnóstico traçado por Jereissati foi confirmado pelo representante da Fiesp, o economista Paulo Francini, que revelou queda de 15% na oferta de crédito a empresas no primeiro trimestre de 2009 (em comparação com o período de julho a setembro de 2008, quando começou a crise).

O presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), indagou sobre a existência de divergências entre a Fiesp e os bancos quanto ao cálculo do

spread bancário. Paulo Francini expressou posição de respeito à política dos bancos nessa área, ponderando que o atual patamar da taxa básica de juros (Selic) "é um potente estimulante ao não crédito".

Ainda sobre os juros, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionaram o representante da Fiesp sobre a tendência a ser assumida pela Selic durante a crise financeira internacional. O economista acredita que a taxa continuará a ser reduzida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central e deveria se situar, na sua opinião, em 7% ao ano para atuar como estímulo à oferta de crédito.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a necessidade de equilibrar as finanças públicas a partir do corte de despesas correntes e Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que institui o cadastro positivo de contribuintes.

Gerardo Magalhães



Mudanças no FGTS contribuem para dinamizar setor, avalia senadora

Ideli destaca aumento do crédito imobiliário

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou ao Plenário as "mudanças significativas" aprovadas pelo conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), já implementadas pela Caixa Econômica Federal, que aumentaram o volume de crédito imobiliário no país.

Ideli listou a ampliação do limite de renda e de prazo para pagamento de empréstimos destinados à compra de material de construção; ao aumento do limite de renda para obtenção de empréstimos, de R\$ 1,9 mil para 4,9 mil, em municípios com mais de 500 mil habitantes; ao fim da exigência de fiança e aval; e ao aumento do prazo de amortização do financiamento, de 96 para 120 meses.

A senadora relatou que a modalidade de crédito que mais cresceu nos últimos 12 meses foi o imobiliário, cerca de 40%, ou mais do que o dobro de todas as outras modalidades. Segundo ela, o programa Minha Casa, Minha Vida, que pretende erguer 1 milhão de casas populares, "tem levado o setor imobiliário a uma verdadeira euforia".

Gerardo Magalhães



Paim: fundo para educação profissional motivou premiação

Paim é homenageado por produção de leis

Paulo Paim (PT-RS) informou, em Plenário, ter sido agraciado com o Prêmio Mérito Legislador 2008, que será entregue pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) em sessão solene no dia 26.

O prêmio é um reconhecimento ao trabalho de parlamentares por propostas apresentadas que busquem viabilizar à população uma vida melhor. O senador explicou que a homenagem recebida se deve, entre outros fatores, ao fato de ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

– Além de ser uma honra para mim, é motivo de grande alegria, pois sei os benefícios que esse projeto vai trazer para a nossa gente – disse.

Paim agradeceu ainda à organização Transparência Brasil por haver elegido 189 proposições de sua autoria, apresentadas entre 2003 e 2009, consideradas como "projetos de maior relevância social". Entre esses projetos, estão o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Comissão de Assuntos Sociais ouviu entidades de trabalhadores sobre dois projetos de lei que regulamentam profissão

Sindicalistas defendem direitos do comerciário

REPRESENTANTES DE CENTRAIS sindicais e movimentos ligados aos trabalhadores defenderam ontem a regulamentação da profissão de comerciário no país. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir dois projetos que regulamentam a atividade: o PLS 115/07, de Paulo Paim (PT-RS), e o PLS 152/07, de Pedro Simon (PMDB-RS).

Piso salarial, data-base unificada, redução da jornada e regulamentação do trabalho aos domingos e feriados foram as bandeiras defendidas pelo coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho.

Segundo o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah, os comerciários são a maior categoria profissional do Brasil, mas uma das poucas que ainda não contam com regulamentação.

Segundo a Nova Central Sindical (NCS), representada por José Alves Paixão, os comerciários são obrigados a trabalhar nos feriados, mas sem receber a mais.

Para Vicente Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), alguns pontos dos projetos devem ser negociados, de acordo com as especificidades de cada região, como o horário de funcionamento do comércio. Pelo projeto de Paim, o comércio funcionaria em todo o Brasil das 7h às 19h.

O representante da Força Sindical, Luiz Carlos Motta, ressaltou a necessidade de trabalhar os pontos convergentes dos projetos. Já o ex-deputado Sérgio Miranda disse que devem fazer parte da regulamentação medidas como a definição da categoria, da jornada de trabalho e do trabalho aos domingos, além da questão salarial.



Vicente Silva, Luiz Carlos Motta, Ricardo Patah, Paulo Paim, Augusto da Silva Filho e José Alves Paixão

Empresários debaterão propostas

Os projetos que tratam da regulamentação da profissão de comerciário deverão ser discutidos também com representantes dos empresários. A sugestão, acatada pela CAS, partiu de Adelmir Santana (DEM-DF).

Único representante da categoria patronal na audiência pública, Adelmir disse ser favorável à regulamentação.

– Minha sugestão é que também sejam ouvidas as lideranças dos empregadores, para fazer um contraponto e buscar um entendimento – sugeriu o senador, que apontou divergências entre as duas propostas e a Constituição.

Segundo Paulo Paim, o debate com a classe patronal permitirá construir um grande entendimento visando à aprovação da matéria.

– O ideal é formar uma comissão

também com a relatora da matéria, senadora Rosalba Ciarlini, para fazer um substitutivo final – disse Paim.

Rosalba (DEM-RN) ressaltou que não será fácil elaborar o substitutivo às duas propostas. Ela propôs que também sejam ouvidos o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e juristas.

Ideli Salvatti (PT-SC) relatou conversa que manteve com Carlos Lupi sobre o assunto. Conforme informou, o ministro reconhece a necessidade da regulamentação, principalmente para amenizar a extensa jornada da categoria e resolver a questão do trabalho aos domingos.

Manifestaram-se favoráveis à regulamentação os senadores Gim Argello (PTB-DF), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Osmar Dias (PDT-PR).

Marisa: governo não dá opção a pobres

Marisa Serrano (PSDB-MS) citou em discurso números de reportagem do jornal *O Globo* sobre o programa Bolsa Família, que está perto de atender a 25% da população do país. Para ela, é lamentável que aproximadamente 44 milhões de brasileiros tenham de receber cerca de R\$ 100 por mês para não morrer de fome.

– Esse número não me traz orgulho. O jornal informa que, em algumas cidades, o percentual da população que recebe o Bolsa Família é muito alto. Em Junco, no Maranhão, 95% dos moradores recebem do pro-



Senadora lamenta nível de dependência de programa

grama. Se isso acontece, alguma coisa está errada. O que o governo está fazendo para ajudar essa cidade a sair desse estado de miséria? – indagou a senadora.

Para ela, a saída não passa pelo fim do programa, mas sim por sua ligação com projetos de desenvolvimento social, para que as famílias aprimorem suas potencialidades e tenham condições de sobreviver sem a ajuda financeira oficial. Marisa lembrou que o programa foi iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso, à época chamado de Bolsa-Escola.

Gilvam pede ao Ministério da Cultura liberação de recursos para o filme *Tainá 3*



Gilvam quer debater patrimônio cultural

Gilvam Borges (PMDB-AP) assinou a importância do debate sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 150/03) que obriga a União, estados, Distrito Federal e municípios a destinarem recursos para a preservação do patrimônio cultural. Se a PEC for aprovada, a União terá de reservar 2% dos impostos para esse fim; os estados e o Distrito Federal, 1,5%; e os municípios, 1%. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conforme o senador, a PEC 150 é uma "atualização" da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), de incentivo à cultura, para permitir novas e mais justas formas de fomento ao setor.

Gilvam Borges ressaltou que a cultura é parte importante para construir a identidade de um povo e o alicerce no desenvolvimento da cidadania, que inclui a superação da desigualdade e da exclusão social.

O senador referiu-se também a audiência no Ministério da Cultura para solicitar a liberação de emenda que apresentou, com outros parlamentares, ao Orçamento Geral da União, destinando R\$ 1,8 milhão para o filme *Tainá 3*.

Para Kátia Abreu, britânica levou a economia inglesa para a modernidade



Kátia Abreu apresenta homenagem a Thatcher

"Nos 11 anos em que governou a Inglaterra, até renunciar em 1990, ela promoveu uma revolução que mudou o mundo." A declaração foi feita pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), ao lembrar que, na segunda-feira, fez 30 anos que Margaret Thatcher assumiu o poder na Inglaterra. A parlamentar comemorou a data e homenageou a ex-primeira-ministra.

Kátia Abreu afirmou que Thatcher tornou-se conhecida por reformar radicalmente a economia inglesa, trazendo-a para a era da modernidade. A senadora enumerou as iniciativas adotadas pela ex-primeira-ministra as quais, disse, transformaram-se em receita para outros países: privatização, desregulamentação, monetarismo e fé absoluta no livre mercado.

A senadora também registrou a apresentação de requerimento à Mesa diretora solicitando ao Ministério da Justiça que a Polícia Federal investigue um jornal – que teria sido custeado pelo governo do Pará – que publicou críticas a ela e aos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA).

Gerardo Magalhães

Gerardo Magalhães